

BONI, LIVIO; MENDELSON, SOPHIE. *LA VIE PSYCHIQUE DU RACISME: L'EMPIRE DU DÉMENTI*. PARIS: LA DECOUVERT, 2021.

**Luiz Paulo Ribeiro** (luizribeiro@live.com)<sup>1</sup>

**Carolina Costa Resende** (carolinaresende.psi@gmail.com)<sup>2</sup>

**Jesus Alexandre Monteiro** (jesus.alexandre@ymail.com)<sup>3</sup>

---

**L**a *vie psychique du racisme: l'empire du démenti*, publicado em 2021, pela Éditions La Découverte, França, é o trabalho mais recente de Livio Boni e Sophie Mendelsohn. Boni é diretor de programas no Collège de France e Mendelsohn é psicanalista idealizadora do coletivo Pantin. A presente resenha aborda os efeitos da provação de discriminação no curso da vida de pessoas negras e destaca a importância das ações afirmativas diante do “império da negação”.

Para os autores, o racismo não foi esquecido, porém tem se tornado invisível, ao mesmo tempo em que é reconstruído e reabilitado por ambas as partes envolvidas: colonizadores e colonizados. Eles partem de uma premissa muito cara à educação: negar o impacto da raça nos destinos sociais constitui-se como uma forma de desprezo social, que vai do estigma à discriminação e à violência, deixando marcas indelévels sobre as subjetividades.

Boni e Mendelsohn fazem uma releitura da história da colonização francesa baseada na produção teórica psicanalítica francesa com as temáticas do racismo. Embora a psicanálise desenvolvida na França tenha se esquivado da temática do racismo na sua origem, essa questão é entendida como um lugar de primazia para compreender o colonialismo e o imperialismo que permeiam o modelo racista de produção e de interpretação do conhecimento. O embasamento teórico principal vem das obras do também psicanalista francês Octave Mannoni (1899–1989), contrastadas com a obra de Franz Fanon.

O racismo no inconsciente pós-colonial é retratado em questões transfereciais coletivas, que corroboram tanto o complexo de inferioridade quanto o

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, psicólogo, doutor em Educação.

<sup>2</sup> Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), psicóloga, doutora em Psicologia.

<sup>3</sup> Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais e da Unincor, psicólogo, doutor em Psicologia.

complexo de dependência. Robinson Crusó é tomado como protótipo antropológico do homem colonial: um náufrago, sozinho no mundo, que encontra o Outro “selvagem”, capaz de reafirmar sua solidão e, ao mesmo tempo, remediá-la. O racismo aparece como argumento (justificativa e sintoma) precário da angústia branco-europeia de manter o \*status quo\* dualista social, negando/permitindo a violência e a exploração. Assim a benevolência ressalta a face subjetiva da inferiorização, pois o colonizador gera uma superioridade presumida, cuja dimensão libidinal coloca-se em um esquema racial que organiza posições sociais desde a era colonial, com atravessamento inclusive de gênero. Embora o espaço colonial seja compreendido como um espaço masculino, o papel da mulher branca não é de colocar entraves para o gozo do homem colonial, mas sim de o sustentar e encorajar.

O que é necessário fazer para deixar de ser vetor das lógicas coloniais? A descolonização do ser! Esta passa por ações afirmativas quando é percebido o poder comum de se afirmar como negro. A travessia entre a queixa e a experiência de se reconhecer negro é permeada por questões éticas. Não se fala mais em escravidão, porém o negro segue sendo inferiorizado porque a sociedade (o Outro) hesita em reconhecê-lo. Diante de tal negação, é preciso se afirmar, fazer-se conhecer por meio de um processo dialético de emancipação. Quando as ações afirmativas se fortalecem, elas emanam valores humanistas e de liberdade também entre os brancos.

A ingenuidade “branca” quanto ao processo de reconhecimento do negro é evidente em alguns discursos do senso comum: “Mas, enfim, eles nos incomodam, os negros. Se nós os tratamos como negros, eles protestam e querem ser como nós. Se nós os tratamos como um de nós, eles reclamam porque eles são negros” (BONI; MENDELSON, 2021, p. 97). Portanto invisibilizar a cor da pele tampona diferenças que terminam por esvaziar a experiência de ser negro, apagando a história, a cultura e a singularidade das etnias.

Na situação colonial, a dialética da identificação é distorcida, fazendo com que a matriz simbólica, que ativa a identificação, seja marcada por uma espécie de ignorância constitutiva. O olhar culturalmente legitimado é branco, objetivante, autoritário. Ou seja, os significantes que organizam as representações e afetos são instituídos em outra cultura e impostos.

Por outro lado, o processo de negação revela uma preciosa contrapartida. O nó de conflitualidade do qual emerge o sujeito do inconsciente, dividido

diante da impossibilidade de produzir um ser próprio, é justamente o nó de emergência do sujeito da psicanálise (em análise) que se percebe um ser de ignorâncias múltiplas, repletos de deformações diante do espelho, cuja torsão colonial produziu um tipo de “caso limítrofe”.

Torna-se necessário então descolar da cena colonial para vê-la de outros ângulos: os brancos precisam dos negros como testemunhas de suas mentiras. Não daquelas mentiras que eles são capazes de denunciar a eles mesmos. Mas daquelas que jamais perceberiam se não fossem pelos negros.

O que fazer da diferença, diante da complexidade e de vários mal-entendidos de teóricos (inclusive da psicanálise) que não deram conta de perceber a importância psicossocial das ações afirmativas das pequenas diferenças? Muitos terminam por reduzi-las a um mecanismo narcisista que reifica o racismo em seu lado oposto: o antibranco. Todo cidadão precisa conhecer a periculosidade desse tipo de pensamento. Se ao democrata falta a singularidade porque ele vê sempre o homem (não importa se é judeu, negro, árabe etc.), ao indivíduo falta o caráter singular porque, afinal, ele não se reconhece na soma dos tratados universais. As pequenas diferenças buscam, por meio das ações afirmativas, construir o seu lugar no mundo para além do olhar reducionista dominador do colonizador.

Outro aspecto abordado no livro é o encarceramento racial e as enfermidades psiquiátricas em regime fechado, ambos tratados como reprodução de violência colonialista. A alienação social que aprisiona o problema da loucura e da delinquência é produtora de alienação mental do sujeito aprisionado que se vê privado do direito à indignação. Essa é uma questão ética que precisa considerar o absurdo da crueldade que caracteriza a experiência subjetiva da racialização nos espaços de confinamento.

As situações de rupturas contraditórias vividas desde a tenra infância vão implicando deturpações do processo de identificação que coloca o sujeito colonizado em um estado de suspensão no estágio do espelho. As qualificações aparentemente inconciliáveis porque assombram tanto a história pessoal quanto a história coletiva vão se transformando assim na caixa de ressonância de seus silêncios, encerrando a história de cada um, na qual raça e sexo são associados implicitamente na medida em que revelam como a trajetória das diferenças se encarnam nos corpos. Nessa questão inconciliável, o corpo negro e o corpo branco sofrem/são valorados de forma diferente, atravessados também

pelas questões de sexo, ora fetichizando características fenotíficas, ora supervalorizando características físicas idealizadas, ambas fruto de um movimento colonizatório, que usa principalmente da subalternização de certos corpos para justificar uma certa superioridade racial/sexual.

Por outro lado, o racismo indexado à lógica do preconceito faz emergir um discurso no seu inverso: a igualdade entre seres humanos. Entretanto, para os autores, a igualdade entre os seres humanos não é o contrário do racismo; é antes o seu inverso, ou seja, a mesma negação de singularidade e de direito à diferença, porém de forma invertida: todos são iguais. Tal solução universalizante, apesar de abrir um horizonte imaginário de justiça e de bom senso, encobre o fato de que a noção de raça não pode existir quando se sustenta o universal como ideal. O encontro branco-negro, longe de ser um encontro de dois seres humanos sem diferença, é o “encontro da diferença” e essa diferença não tem justificativa natural.

A negação é explicitada como um mecanismo de centralidade do racismo, instaurada no campo da racionalidade como uma ingenuidade visível que persiste no misticismo da igualdade. Por intermédio de um debate de Didier Fassin, a obra avança a reflexão pela ótica da psicologia política e da representação da discriminação, apontando duas questões centrais: como é possível sepultar o racismo? E por quais lógicas negamos o injustificável?

Ao analisar a história francesa, é possível compreender os processos políticos de apagamentos de fatos históricos raciais que promovem o eterno retorno de posicionamentos e desejos inconscientes que articulam crenças de uma forma coletiva, na medida em que ela se institui na relação com o outro. O conhecimento que se supõe é uma heterodoxia balizadora da crença.

O enrijecimento subjetivo do racismo ordena posicionamentos coletivos que perpassam pelo inconsciente. Digno de nota, Lacan, no seminário, em 1972, disse: “O racismo tem futuro!”. Isso porque “nosso futuro de marchas comuns encontrará seu equilíbrio em uma extensão de processos de segregação cada vez mais difíceis”. Essa profecia baliza-se no conceito de gozo, cuja dualidade retira a premissa racial do ódio ao outro e o reposiciona ao ódio a si mesmo. Entretanto esse ódio é circundado pela negação e retoma seu direcionamento ao outro: ódio ao gozo incompleto e irrealizável.

---

A politização do gozo efetiva-se pela ordem dos discursos em que a raça é constituída pelo modo como os lugares simbólicos são transmitidos. Na perspectiva lacaniana, o discurso é o que aparelha o gozo e torna o racismo algo em plena ação que se encontra no campo do não dito ou do inaudível institucional e da negação.

Assim o livro convida a refletir sobre o enraizamento subjetivo do racismo, produto e produção dos cidadãos modernos do mundo ocidental. Ou seja, fruto de um processo socio-histórico aprendido e, portanto, passível de desconstrução. A psicanálise pode ser usada para ampliar os horizontes da educação racial, com argumentos de base para as ações afirmativas no campo educacional, desnaturalizando mecanismos tácitos e discursos de encobrimento da negação e desconstruindo discursos e aparelhamentos de gozo que atravessam o debate a respeito dos rumos da educação no país.